

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

AMANDA VICTÓRIA MOREIRA

LIÇÕES SOBRE *NARRAÇÃO* EM MANUAIS OITOCENTISTAS DE RETÓRICA E
POÉTICA UTILIZADOS NO COLÉGIO PEDRO II

MARIANA

2024

AMANDA VICTÓRIA MOREIRA

LIÇÕES SOBRE *NARRAÇÃO* EM MANUAIS OITOCENTISTAS DE RETÓRICA E
POÉTICA UTILIZADOS NO COLÉGIO PEDRO II

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras-Português do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras-Português.

Prof. Orientador: Dr. Artur Costrino.

MARIANA

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M838I Moreira, Amanda Victória.
Lições sobre narração em manuais oitocentistas de retórica e poética
utilizados no Colégio Pedro II. [manuscrito] / Amanda Victória Moreira. -
2024.
41 f.

Orientador: Prof. Dr. Artur Costrino.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Letras Português

1. Narrativa (Retórica). 2. Material didático. 3. Século XIX. I. Costrino,
Artur. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 808.5

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana Matias Felício Soares - SIAPE: 1.648.092



FOLHA DE APROVAÇÃO

Amanda Victoria Moreira

Lições sobre narração em manuais oitocentistas de retórica e poética utilizados no Colégio Pedro II

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras-Português da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras-Português

Aprovada em 30 de setembro de 2024

Membros da banca

Prof. Dr. Artur Costrino - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Dra. Ada Magaly Matias Brasileiro - Universidade Federal de Ouro Preto

Artur Costrino, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 11/10/2024



Documento assinado eletronicamente por **Artur Costrino, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/10/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0793707** e o código CRC **DDC4D9F2**.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, por ter acreditado em mim, pela paciência desde as primeiras aulas de Latim e por todo conhecimento compartilhado.

Aos meus familiares, que me apoiaram e não mediram esforços para fazer com que o sonho de me graduar em uma universidade pública se tornasse possível, em especial à minha mãe Helena Gonçalves, pai Carlos Moreira e irmão Augusto Moreira.

Aos amigos e colegas, que estiveram comigo nessa jornada em momentos de alegria e tristeza. Sem vocês, tudo teria sido mais difícil.

Aos professores e a todos que contribuíram para que esse trabalho pudesse ser realizado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a abordagem da *narração* nos materiais didáticos oitocentistas, de modo a observar semelhanças ou diferenças na abordagem da narração na literatura oitocentista em relação à tradição, considerando as mudanças sócio-históricas e políticas daquele período. Para isso, foi realizada uma pesquisa com uma abordagem qualitativa a partir do método comparativo. Foram escolhidos cinco materiais didáticos oitocentistas de retórica e poética utilizados no Colégio Pedro II, instituição escolhida devido à sua influência no período. As lições sobre narração presente no *corpus* foram comparadas com preceitos apresentados pela tradição clássica, tomando três autoridades para essa última tarefa, a saber: Cícero, a *Retórica a Herênio* e Quintiliano. Uma vez que a análise considera as mudanças sócio-históricas e políticas que ocorreram no período, foi feita uma pesquisa bibliográfica tanto de estudos mais recentes – especialmente do campo da História da Educação – quanto de legislações e outros documentos oitocentistas, buscando compreender a educação e o material didático na época e as lições sobre narração. A análise mostrou que as lições sobre narração seguem os preceitos da tradição retórica, mas que há influências contemporâneas no tratamento de alguns gêneros que a utilizam.

Palavras-Chave: narração; ensino retórico-poético; material didático; século XIX.

ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze the approach to narration in nineteenth-century teaching materials, in order to observe similarities or differences in the approach to narration in nineteenth-century literature in relation to tradition, considering the socio-historical and political changes of that period. To this end, a research was carried out with a qualitative approach based on the comparative method. Five nineteenth-century teaching materials on rhetoric and poetics used at Colégio Pedro II, an institution chosen due to its influence during the period, were selected. The lessons on narration present in the corpus were compared with precepts presented by the classical tradition, using three authorities for this last task, namely: Cicero, Rhetoric for Herennius and Quintilian. Since the analysis considers the socio-historical and political changes that occurred during the period, a bibliographical research was carried out on both more recent studies – especially in the field of History of Education – and on legislation and other nineteenth-century documents, seeking to understand education and teaching materials at the time and lessons on narration. The analysis showed that the lessons on narration follow the precepts of the rhetorical tradition, but that there are contemporary influences in the treatment of some genres that use it.

Key Words: narration; rhetorical-poetic teaching; teaching material; 19th century.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1. Breve histórico da educação até o Império (1822-1889)	10
2.2. Da produção didática no século XIX	14
2.3. Material didático como um “lugar de memória”	16
2.4. As lições sobre <i>narração</i>	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3.1. <i>Corpus</i>	20
4. ANÁLISE DOS MATERIAIS DIDÁTICOS	24
4.1. Definição de <i>narração</i>	24
4.2. Virtudes e vícios da <i>narração</i>	25
4.3. Modos de fazer <i>narração</i>	28
4.4. Os gêneros de <i>narração</i> e suas espécies	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
ANEXOS	38

1. INTRODUÇÃO

No século XIX, a retórica e a poética eram disciplinas que tinham destaque no currículo escolar brasileiro. Isso pode ser observado por seu ensino previsto em documentos oficiais e nos programas das instituições de ensino, a exemplo do Colégio Pedro II que era considerado o modelo a ser seguido. Essa instituição apresentava um currículo clássico-humanista, com predominância de disciplinas de humanidades - entre elas a retórica e a poética. Por esse motivo, diversas obras didáticas sobre as disciplinas foram produzidas nesse período e utilizadas pelos professores como base de suas explicações. Entre os temas abordados estava a narração que, segundo a tradição retórica, é definida como a exposição de ações que aconteceram ou como teriam acontecido. Como parte do discurso, tinha destaque nos materiais didáticos, especialmente de retórica, que apresentavam seus preceitos segundo o tratamento clássico. Como apresenta Souza (1999), a literatura didática era diversa – tratavam-se de compêndios, lições, postilas, sinopses etc. – e apresentava os conteúdos abordados de forma resumida e segundo autoridades de cada disciplina, produzidas por intelectuais e professores com o fim de seu uso nas aulas.

O período imperial foi marcante para a educação brasileira, quando são observadas iniciativas de ampliar e estabelecer normas para o ensino por meio de legislações, um processo importante para a construção do Estado segundo Faria Filho (2011). A independência de Portugal gerou necessidade de construção de uma nação. É nessa época em que as editoras se desenvolvem no país devido à expansão da educação e à crescente preferência por obras nacionais. Há ainda o surgimento de novas tendências, como o cientificismo e o historicismo, que exerceram influência no currículo escolar. Pode-se citar como exemplo a abordagem historicista da literatura que, segundo o trabalho de Arguelho de Souza (2013), levou à inserção de uma nova cadeira no programa de ensino do Colégio Pedro II – a Literatura Nacional – e a produção de livros didáticos sobre o tema.

Nesse cenário, Bittencourt (2008) destaca o papel do ensino e, mais especificamente, do material didático pelo Estado, utilizado como veículo de ideais nacionalistas com o objetivo de centralizar seu poder e controlar a educação. As editoras, junto ao Estado, conquistaram o direito de fabricar os materiais didáticos, transformados em mercadoria atingindo um público mais amplo. Ao lado dos ideais nacionalistas e cientificistas, havia uma elite local que exercia influência na escolha do currículo e que também utilizava o material didático com veículo de seus valores culturais. A partir dessas questões, autores como Melo (2015) adotam a ideia dos

materiais didáticos como “lugares de memória” segundo Nora (1993), entendendo que tiveram papel na formação forjada de memórias da elite e do Estado em formação através da educação e dos livros didáticos. A partir dessa perspectiva, Melo (2015) desenvolve suas reflexões mais especificamente sobre os livros de retórica e poética.

É importante considerar que as opções político-sociais e o processo de ensino e aprendizagem interferem na escolha da abordagem de um gênero. Diante disso, surge a pergunta norteadora de nossa pesquisa: é possível observar mudanças nos preceitos basilares da abordagem da narração nos manuais didáticos oitocentistas em relação aos antigos, considerando as mudanças sociais e políticas do período? Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar a abordagem da narração nos materiais didáticos do século XIX, de modo a observar semelhanças ou diferenças na abordagem da narração na literatura oitocentista em relação à tradição. De certo modo, a análise da narração pode ajudar a traçar um quadro mais concreto da doutrina retórico-poética no século XIX e a compreender o ensino do discurso nas escolas do período, visto que se trata de um elemento importante nesses campos, está presente em muitos discursos e gêneros e é frequentemente abordado nos livros didáticos e na teoria retórico-poética.

Assim, foram selecionadas para análise desta pesquisa cinco obras didáticas retórico-poéticas utilizadas no Colégio Pedro II ao longo do século XIX, a saber: *Tratado de eloquencia extrahido dos melhores escriptores dividido em tres partes*, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1821); *Lições de eloquencia nacional*, de Lopes Gama (1846); *Lições de eloquencia nacional*, de Francisco Freire de Carvalho (1851); *Sinopses de eloquência e poética nacional*, de Manoel da Costa Honorato (1870); e *Postillas de rhetorica e poetica*, de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1885). Os manuais foram comparados com as lições de três autoridades da retórica: a *Retórica a Herênio*, Cícero e Quintiliano. Uma vez que se pretende considerar a relação entre as mudanças políticas, metodológicas, sociais e os materiais didáticos no período, foi apresentado um breve histórico da educação até o Império e um desenvolvimento sobre a produção didática no século XIX, tentando entender essas mudanças a partir de tanto estudos que tratam desses temas e objetos, especialmente na área da História da Educação, quanto textos oitocentistas que abordam, principalmente, o currículo escolar e a legislação sobre o ensino.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Uma vez que este trabalho tem como objetivo analisar a preceituação da “narração” em materiais didáticos do século XIX, primeiro expomos a bibliografia analisada sobre a educação e produção didática no período. Os autores destacam as mudanças que influenciaram a educação e o currículo, como a construção do Estado e a formação da elite local, além da influência do cientificismo. Dessa forma, foram apresentados um breve histórico sobre a educação até o Império e o debate sobre a produção didática no século XIX, de modo a entender essas mudanças a partir tanto de estudos que tratam desses temas e objetos, especialmente na área da História da Educação, quanto de documentos do período que abordam, principalmente, o currículo escolar e a legislação sobre o ensino. Em seguida, tratamos brevemente sobre as lições de narração segundo os principais autores didáticos e o seu ensino. Os autores escolhidos eram as principais autoridades na teoria sobre o discurso – a saber, Cícero, a *Retórica a Herênio* e Quintiliano – e, por isso, seus desenvolvimentos sobre a narração foram escolhidos para a comparação na análise dos manuais oitocentistas em relação à tradição.

2.1. Breve histórico da educação até o Império (1822-1889)

No período colonial, entre os séculos XVI e XVIII, a educação formal foi marcada pela fundação dos colégios jesuítas baseados em um sistema humanista de ensino. Em seu currículo, a retórica exercia centralidade entre os estudos menores¹. Segundo a *Ratio Studiorum* (1599), obras de Cícero (*Partitiones Oratoriae* e *De oratore*), a *Rhetorica ad Herennium*, do autor anônimo, e *Institutio Oratoria*, de Quintiliano deveriam ser utilizadas nas classes de retórica junto a de autoridades da Igreja como o *De Doctrina Christiana*, de Agostinho, e de contemporâneos como o *De Arte Rhetorica Libri Tres*, de Cipriano Soares². Além disso, lembra

¹ Cf. Margarida Miranda. Quando os jesuítas eram mestres da palavra: a retórica segundo a *Ratio Studiorum*. In: *Humanitas* - Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 65 (2013), p.194.

² Sobre a retórica e poética no ensino menor, diz o documento: “recomenda-se para a retórica as instituições retóricas de P. Cipriano Soares sobre a invenção, disposição, elocução, orações de Cícero, Horácio, orações gregas; também instituições histórico-cronológicas sobre os (*vitis*) e feitos dos pontífices romanos. Para a poética os *progymnasmata* de P. Cipriano Soares sobre narração e chria, sobre figura de verbos e sentenças, oração numerosa, observações e elegâncias poéticas de Virgílio, artifício da poesia épica” (*commendantur in rhetorica institutiones rhetorioae P. Cypriani Soarii de inventione, dispositione, elocutione, orationes Ciceronis, Horatii, orationes Graecae; item institntiones historico-chronologicae de vitis et rebus gestis Romanorum pontificum. In poetica progymnasmata P. Cypriani Soarii de narratione et chria, de ornatu verborum et sententiarum, oratione numerosa, observationes et elegantiae poeticae Virgilii, artificium carminis epici*) (*Ratio Studiorum, Pro scholia inferioribus*, 2) (*Ratio Studiorum et Institutiones Scholasticae Societatis Jesu, per Germaniam olim vigentes*

João Adolfo Hansen (2001): “No século XVII, os jesuítas optaram por um humanismo de cultura e de formação, opondo-se nitidamente ao humanismo de erudição” (p. 21). Uma vez que a finalidade de seu ensino era a ação, a prática retórica - de modo a “[...] desenvolver a agilidade no manejo da erudição, principalmente a erudição doutrinária” (Hansen, 2001, p. 21) - se dava por meio do exercício, a exemplo dos *progymnasmata* previstos no documento de 1599. Os manuais dos autores gregos antigos - sendo o manual de Aftônio um dos mais veiculados (Ibidem, p. 21)³ - foram traduzidos e utilizados nas escolas junto a manuais contemporâneos como o *Progymnasmata latininitatis*, de Jacobus Pontanus (1597)⁴. Como apresenta Margarida Miranda (2013, p. 194),

Manuais de *progymnasmata* (traduzidos de Hermógenes, Téon e Aftônio, ou compostos pelos humanistas europeus) codificavam esses exercícios de forma graduada, de modo que cada exercício fosse útil para uma determinada parte do discurso: a fábula, a narração, a chreia ou chria, a sentença, o elogio/vitupério, a comparação, a etopeia e a prosopopeia, a descrição, exercitadas de forma individualizada, tornavam o estudante apto para a composição integral do discurso.

A utilização dos manuais de retórica e *progymnasmata* na formação dos meninos remonta a Antiguidade greco-romana. Desde pelo menos o século I e.c.⁵, no fim dos estudos de gramática - etapa anterior à escola do retor -, os alunos praticavam os *progymnasmata*: exercícios preparatórios aos estudos de retórica apresentados pelo gramático de modo a desenvolver com os alunos habilidades na composição de diferentes gêneros em ordem crescente de dificuldade⁶. Os exercícios eram organizados em manuais pelos professores - sendo os mais antigos (que temos acesso) escritos em língua grega e de autoria de Élio Teão (I e.c.), Ps.-Hermógenes (séc. III e.c.), Aftônio (IV e.c.) e Nicolau (V e.c.), e em língua latina de Prisciano (séc. V) -, em um currículo comum e apresentavam elementos fundamentais do gênero. As habilidades desenvolvidas eram aprofundadas pela prática da declamação

collectae concinnatae dilucidatae a G. M. Pachtler S. J. vol. III. Berlin, A. Hofmann & Comp., 1890, p. 433). As traduções sem indicação de autoria são nossas.

³ Para uma discussão sobre a circulação dos *progymnasmata* antigos e comentários nos séculos XVI-XVIII, com foco na chria, ver Belmiro Fernandes Pereira. Entre Literatura e História: A chria na pedagogia retórica. In: *Literatura e História - Actas do Colóquio Internacional*. Porto, 2004, vol. II, pp. 63-70.

⁴ Ver nota 10 de Margarida Miranda, 2013, p. 194.

⁵ Não há uma data exata para o desenvolvimento desses exercícios. Toma-se o século I e.c. como referência, época do manual mais antigo (de autoria de Teão), uma vez que a produção de um manual sugere uma prática estável dos *progymnasmata*.

⁶ Cf. Kennedy, 2003, p. 10. “[...] eles apresentam uma sequência de tarefas em leitura, escrita e fala que gradualmente aumentam em dificuldade e maturidade de pensamento, desde uma simples narração de histórias até a argumentação, combinada com o estudo de modelos literários” (“[...] they present a sequence of assignments in reading, writing, and speaking which gradually increase in difficulty and in maturity of thought from simple storytelling to argumentation, combined with study of literary models”).

(*declamatio*) na escola de retórica e contribuíam não só para a formação de futuros oradores, mas também para a composição literária (Kennedy, 2003, Introd., p. 9). O rétor era um dos responsáveis pelo ensino da produção de discursos segundo uma técnica (arte retórica) que, junto às suas lições, utilizavam os manuais de retórica - outro meio de adquirir os preceitos da arte sistematizados em regras. Entre os autores de língua latina, pode-se citar o da *Rhetorica ad Herennium*, Cícero e Quintiliano, que permaneceram autoridades ao longo de toda a Idade Média, cujo sistema vigente era o das artes liberais⁷, e foram as mesmas adotadas no ensino jesuíta.

No entanto, publicado o Alvará Régio de 1759 por D. José I, Marquês de Pombal iniciou uma série de reformas no ensino menor em Portugal aplicadas nas colônias, entre elas a extinção do método e das escolas dos jesuítas e a implantação de novas diretrizes para o ensino. Segundo Rejane Medeiros (2016, p. 34-35):

Suas principais medidas foram: a extinção das escolas jesuíticas, a instauração do sistema de aulas régias com professores controlados pelo Estado, o estabelecimento das classes de gramática latina, grego e retórica, a proibição do uso da gramática do Padre Manuel Álvares e de seus comentadores, e a instituição do ensino de gramática latina pelo método dos oratorianos (FAVERO, 2000, p. 97-98; MENDONÇA, 2013, p. 175).

Essas medidas foram justificadas no documento pelo fracasso dos alunos do antigo método que, após muitos anos de aprendizagem, encontravam-se “[...] destituídos das verdadeiras noções das línguas latina e grega” e, portanto, eram necessárias para que os alunos aprendessem grego e latim “[...] ‘sem um tão extraordinário desperdício de tempo, com a mesma facilidade e pureza que se tem feito nas outras nações da Europa que aboliram aquele pernicioso método’ (PORTUGAL, 1759 in FAVERO, 1996, p. 275-276)” (Medeiros, 2016, p. 35). Entretanto, apesar do rompimento com o método pedagógico dos jesuítas, observa-se uma continuidade de disciplinas - como a Retórica e Gramática gregas e latinas - no currículo do ensino menor proposto no Alvará e em obras pedagógicas publicadas no período, a exemplo do *Verdadeiro Methodo de Estudar*, de Luís António Verney (1746), que forneceu as bases para a reforma. Segundo Jacson Schwengber (2016): “Composto por 16 cartas distribuídas em dois tomos, o Método serviu de base para manuais de pedagogia e retórica confeccionados no Brasil e em Portugal, desde meados do século XVIII até fins do XIX” (p. 13). Em sua *Carta Decimasexta*, Verney (1746) sugere o estudo da história no terceiro ano da disciplina Gramática

⁷ As artes liberais, cujas origens remontam à Antiguidade, foram o sistema de ensino que se tornou a base da educação medieval. Tratam-se da gramática, retórica, dialética (as quais juntas formam o *trivium*, “três vias”), aritmética, geometria, música e astronomia (*quadrivium*, “quatro vias”).

de modo semelhante ao ensino clássico, tratando-se de uma etapa anterior ao estudo da retórica do ano seguinte:

Tambem neste ano devem continuar, o estudo da Istoría: nos-primeiros seis mezes, explicar as fabulas, e costumes das-nasoens Grega, e Romana, uma ora cada menhan: nos-ultimos seis mezes, explicar a istoria dos-antigos Imperios, e Republicas, fóra dos Romanos [...]. Basta que explique bem, um paso de istoria dos-mais principais: e no-seguinte dia diga ao estudante, que explique a mesma istoria; polas palavras que melhor lhe-parecer: e proponha um premio, aos que no-fim da-semana, em que se-repetem as lisoens de Gramatica; repetirem tambem, as de Istoría (Verney, 1746, p. 257-258).

Já no período imperial (1822-1889), observam-se iniciativas de estabelecer normas para a educação por meio de legislações, um processo importante para a construção do Estado. Segundo sua Constituição de 1824, a instrução primária no Império deveria ser gratuita a todos os cidadãos e, segundo o artigo 1º da lei de 15 de outubro de 1827, “[...] em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Cabia às Assembleias Provinciais, conforme o Ato Adicional à Constituição do Império de 1834, legislar sobre a instrução primária, secundária e profissional. Dessa forma, como apresenta Luciano Mendes Faria Filho (2011), não havia um sistema nacional de ensino centralizado, mas sim sistemas provinciais que apresentavam diferentes processos de escolarização (p. 139). Ainda segundo ele, observa-se nesse período “[...] o desenvolvimento de serviços de instrução, de redes de escolas, muito diversas em consonância com a diversidade das Províncias do Império” (p. 138), como liceus, colégios privados e cursos normais. É a partir da década de 1860, em decorrência de debates nas províncias, que surge a necessidade de ordenar a instrução segundo preceitos gerais para uma maior organicidade.

No município da Corte Imperial, foram criadas diversas leis sobre a instrução e instituições que serviam de referência para as províncias. Pode-se citar como exemplo o Colégio Pedro II, antigo Seminário de São Joaquim transformado em colégio de instrução secundária pelo decreto de 2 de dezembro de 1837. Segundo Louise Gabler e Salomão Pontes Alves (2014), nesse período, o Colégio era responsável pela transmissão de valores de uma elite nacional que refletissem os ideais do Estado em formação. Isso pode ser observado no seu currículo escolar, de cultura enciclopédica e erudita, com predominância de disciplinas de humanidades - entre elas a retórica e a poética. De acordo com o artigo 3º do decreto de 1837: “Neste collegio serão ensinadas as linguas latina, grega, franceza e ingleza; rhetorica e os principios elementares de geographia, historia, philosophia, zoologia, mineralogia, botanica, chimica, physica, arithmetica, algebra, geometria e astronomia”.

2.2. Da produção didática no século XIX

No século XIX, havia uma diversidade de materiais didáticos. Conforme Souza (1999, p. 39), tratavam-se de compêndios, lições, postilas, sinopses, entre outros, utilizados pelos professores nas disciplinas ministradas por eles. Esses materiais apresentavam, em sua maioria, os conteúdos abordados de forma resumida e segundo autoridades de cada disciplina. Dessa forma, o que não teria sido abordado pela obra ficaria a cargo do professor expor oralmente em suas aulas, como apresenta Cônego Pinheiro Fernandes na Advertência às suas *Postillas de rhetorica e poetica* (1885, p. 5): “A estreiteza do tempo de que podem dispôr os mencionados alumnos aconselhou-me a maior concisão na exposição dos preceitos, deixando para a explicação oral o preenchimento das lacunas que n’ellas se hão-de notar”⁸. Essa concisão dos compêndios tinha relação com os métodos de ensino da época⁹, como a prática da leitura e a memorização. Segundo Bittencourt (2008), o trabalho do autor de livros didáticos era completado pelo trabalho do professor – a leitura feita pelo aluno era seguida de uma explicação do mestre – e a prática da memorização – que, segundo a autora, era a “[...] base metodológica do ensino de uma sociedade que estava enraizada em um aprendizado pela repetição e pela oralidade” – influenciou a construção dessas obras (p. 220).

Eles eram compostos por autores portugueses e intelectuais brasileiros, em sua maioria eclesiásticos ligados ao poder local, que participavam de concursos promovidos pelo Estado (Lajolo & Zilberman, 1998, p. 131). Como tratado no tópico anterior, são observadas no período iniciativas de estabelecer normas para a educação local por meio de legislações, estas de responsabilidade das Assembleias Provinciais conforme o Ato Adicional à Constituição do Império de 1834. As leis e instituições - a exemplo do Colégio Pedro II - criadas no município da Corte Imperial serviram de referência para as províncias, responsáveis pela transmissão dos ideais do Estado em formação. Nesse sentido, os manuais eram importantes instrumentos utilizados para esse fim, ao mesmo tempo que o texto escrito exercia perigo para ao seu poder, uma vez que estava ao alcance de um maior número de jovens (Bittencourt, 2008, p. 53).

⁸ Outro exemplo, mais especificamente sobre o ensino de preceitos das partes da oração - em que está inserida a discussão da narração (foco deste trabalho) -, Lopes Gama (1846, p. 54-55) apresenta as seguintes indicações: “Devo advertir outrossim, que estas nossas Lições reduzidas a compendio [...] não podem abranger todo o desenvolvimento, de que são susceptíveis relativamente a varios pontos desta materia, alias mui vasta: [...] pois que em todo, e qualquer compendio forçoso he deixar muitas cousas para serem descobertas, ou deduzidas pelos discipulos, e amplificadas pelo mestre” (p. 55).

⁹ Sobre as metodologias do período, ver Dermeval Savani. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

Somado a isso, a adoção de certos textos “subversivos” pelos professores também poderia gerar riscos para os ideais nacionais e, por isso, o controle do Estado sobre a produção e circulação dessas obras era necessário. Como aponta Bittencourt (2008, p. 53-61), o seu uso por professores poderia ser proibido ou legalizado, papel desempenhado, a princípio, pelas Câmaras municipais e Círculos literários e, mais tarde, por um conjunto de cargos regulado pelo Decreto n. 1331 de fevereiro de 1854¹⁰. Mais especificamente sobre o papel dos manuais de retórica e poética nesse cenário, aponta Melo (2015, p. 124):

Esse contexto de produção sugere que, dentro do sistema retórico e poético, os manuais didáticos eram perigosas ferramentas de penetração e de manipulação da memória dos sujeitos escolares em virtude das estratégias centralizadoras das políticas educacionais do Estado, uma vez que, como afirma categoricamente um dos professores do período, ‘servir á pátria é e será sempre e todo nosso desejo’ (HONORATO, 1861, p. VII). Como espécie de poder disciplinador e controlador, no prisma foucaultiano (1996), a partir da prática do discurso escolar, os compêndios traziam os modos de conduta normatizadores de como se deveria falar, escrever e pensar o grupo nas suas práticas sociais, políticas e culturais, dentro e fora do contexto escolar.

As editoras também desempenharam importante papel na centralização e controle das obras didáticas junto ao Estado. No século XIX, havia uma crescente preferência pela produção de obras nacionais, resultado de muito fatores como a criação do Estado e o crescimento da rede escolar (Bittencourt, 2008, p. 26). Além disso, o livro didático passou a ser um objeto necessário ao professor e aluno, previsto em documentos oficiais. Antes, a maioria das obras era produzida no exterior, ainda que houvesse editoras pequenas e regionais no Império. No entanto, grandes editoras nacionais surgiram naquele século, dominaram o mercado, conquistaram o direito de fabricar essas obras e transformaram o livro didático “[...] em uma das mercadorias mais rentáveis do setor à medida em que ocorreu a expansão educacional do país” (Bittencourt, 1993, p. 195). A autora menciona a dimensão extracurricular desses materiais, atingindo um público mais amplo que os alunos e professores (1993, p. 105).

Ao lado dos ideais nacionalistas e dos estudos científicos¹¹ - decorridos das mudanças políticas e metodológicas do período -, observa-se a presença dos padrões culturais coloniais no currículo do ensino secundário (Zotti, 2005, p. 35). A elite local, que tinha significativa participação nos rumos da educação, estava ligada à formação clássico-humanística segundo o

¹⁰ Regulamento da Instrução Primária e secundária do Município da Corte. Decreto n. 1331, de 17 de fevereiro de 1854. *Revista do Ensino*, 1883, p. 3.

¹¹ A História, que na época foi inserida no campo da ciência, influenciou os estudos literários ao apresentar uma abordagem historicista da literatura, levando à criação de materiais sob essa perspectiva. Além disso, como apresenta Souza (2013, p. 23), em 1862 foi criada a cadeira de Literatura Nacional nos programas do Colégio Pedro II, sendo indicado o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, de Fernandes Pinheiro (1862).

sistema educacional jesuítico e aos padrões europeus correntes. Essa educação clássica, enciclopédica e europeizante é aquela adotada pelo Colégio Pedro II para o ensino secundário (Ibidem, p. 36). Dessa forma, o livro didático era não só um importante instrumento de centralização e controle do Estado, mas também veículo dos padrões culturais adotados por essa elite em ascensão, contribuindo para a construção de sua imagem.

2.3. Material didático como um “lugar de memória”

Nesse sentido, pode-se considerar o material didático um “lugar de memória” segundo a concepção de Pierre Nora (1993): a reconstituição de uma memória – espontânea, inconsciente, coletiva e plural, atual, desacelerada -, que deu lugar à história – crítica, representação e reconstituição do passado, universal, acelerada. Em outras palavras, a literatura escolar oitocentista contribui para a formação da identidade dos grupos no poder ao estabelecer os valores daqueles na memória coletiva nacional, de modo que a história toma as memórias e as transforma:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos [...]. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado (Nora, 1993, p. 12-13).

Assim, os manuais contribuíram para a inserção da cultura valorizada pela elite oitocentista na memória desse grupo através da educação. Nesse cenário, as disciplinas de retórica e poética tinham grande participação no currículo escolar, assim como no currículo humanista e clássico. Melo (2015, p. 121) destaca que, no século XIX, o número de obras didáticas de retórica e poética era bastante expressivo e ilustra essa afirmação com o estudo de Roberto Acízelo de Souza (1999), que conta 34 títulos editados entre 1810 e 1886. Mais especificamente sobre a influência dessas duas disciplinas para a construção de memória da elite no período, Melo (2015, p. 121) considera que os manuais de retórica e poética:

[...] são veículos de saber institucionalizado, os quais sob as égides escolar e estatal, constroem na mentalidade do indivíduo e do grupo – leitores dessas obras – um imaginado vínculo com a tradição clássica, europeia e erudita como afirmação de representação social, de distinção de classe e de afirmação da identidade nacional. Nessa perspectiva, acredita-se que esses compêndios didáticos foram instrumentos pedagógicos capazes de produzir e impor, consciente ou inconscientemente, os modos imaginados de pensar e de agir da sociedade oitocentista brasileira, levando-se em consideração, aqui, a diversidade das práticas de escrita que permitem a produção de diferentes tipos de discurso em momentos históricos distintos (CHARTIER, 1998).

2.4. As lições sobre *narração*

Até o século XIX, a narração era abordada em manuais e tratados tanto do campo da retórica quanto do campo da poética, sendo um assunto recorrente na literatura didática. Elas estão presentes em todas as obras da época selecionadas para análise desta pesquisa, que são: *Tratado de eloquencia extrahido dos melhores escriptores dividido em tres partes*, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1821); *Lições de eloquencia nacional*, de Lopes Gama (1846); *Lições de eloquencia nacional*, de Francisco Freire de Carvalho (1851); *Sinopses de eloquência e poética nacional*, de Manoel da Costa Honorato (1870); e *Postillas de rhetorica e poetica*, de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1885). Segundo Marcelo Lachat (2008, p. 18)¹², até meados daquela época, a narração era “[...] um termo retórico que designava um momento determinado do discurso, ou seja, tinha uma conceituação fundamentalmente *técnica*”. Uma vez que se tratava de um “momento do discurso”, as lições sobre narração se concentravam no ensino da retórica. Dessa forma, as lições serão observadas segundo o tratamento da narração nesse campo e, por isso, as obras oitocentistas escolhidas para a pesquisa são obras didáticas especialmente de retórica, sendo os desenvolvimentos sobre a poética nas matérias que tratam de ambas disciplinas muito úteis na discussão dos gêneros da narração e sua utilização em diversos gêneros literários.

Na tradição retórica, a definição de narração segue aquela apresentada pela *Retórica a Herênio* (I, 12) e por Cícero (*Inv.* I, 27): a narração é a exposição de ações que aconteceram ou como teriam acontecido¹³. De modo muito semelhante, dizem que há três gêneros de narração: o primeiro faz parte da estrutura de uma controvérsia, em que se expõe um fato de modo favorável ao orador (para levá-lo à vitória)¹⁴; o segundo expõe, ao longo do discurso (ou seja, é uma digressão), algo de modo a ser útil ao orador; e o terceiro foge às causas civis e tem como

¹² Ver Marcelo Lachat. A narração: preceitos retóricos e poéticos. In: *Narração e doutrina na Constante Florinda: exempla estoicos para uma vida cristã*. 2008. 206f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 17-60.

¹³ *Rhet. Her.* I, 12: “Narração é a exposição das coisas como ocorreram ou como poderiam ter ocorrido” (*Narratio est rerum gestarum aut proinde ut gestarum expositio*). *Cic. Inv.* I, 27: “Narração é a exposição de ações realizadas ou como teriam sido realizadas” (*Narratio est rerum gestarum aut ut gestarum expositio*). As traduções da *Retórica a Herênio* são de Adriana Seabra e Ana Paula Celestino Faria. Já as traduções de *De Inventione* de Cícero são nossas.

¹⁴ *Rhet. Her.* I, 12: “No primeiro, expomos o que aconteceu e captamos cada detalhe para nosso proveito, visando a vitória. Esse gênero concerne àquelas causas em que haverá sentença” (*Unum est, cum exponimus rem gestam et unum quidque trahimus ad utilitatem nostram uincendi causa, quod pertinet ad eas causas, de quibus iudicium futurum est*). *Cic. Inv.* I, 27: “um primeiro gênero, no qual está contida a própria causa e toda a razão da controvérsia” (*unum genus est, in quo ipsa causa et omnis ratio controversiae continentur*).

fim o deleite. Eles dividem essa última narração em dois gêneros, sendo que um se apoia nas ações e o outro nas personagens. O primeiro gênero, por sua vez, divide-se nas seguintes espécies: fábula, história e argumento, narrações que estão presentes em diversos discursos, o que será ilustrado a partir de exemplos das obras oitocentistas analisadas. Em seguida, apresentam uma definição para cada uma dessas espécies e dão exemplos. Quintiliano (*Inst.* IV. II, 31)¹⁵ apresenta uma definição de narração considerando os gêneros civis e Quintiliano (*Quint. Inst.* II. 4, 2) apresenta as três espécies da terceira narração quando aborda os assuntos que devem ser tratados pelo professor de retórica.

Cícero, na definição do terceiro gênero da narração, cita a utilidade de seu exercício nas narrações civis. Na Antiguidade, essa narração (e suas espécies) era exercitada pelos alunos na escola do gramático por meio dos *progymnasmata* (exercícios de composição) em sua preparação para os estudos da escola do rétor. A utilidade do exercício desse gênero também foi apresentada por Teão (*Progymnasmata*, 1, 60) no prefácio de seu manual: o exercício da narração (*diégesis*) é útil na composição de uma história (*historía*) e de uma narração (*diégema*) em hipóteses, por exemplo. Assim, a narração em sentido mais amplo (isto é, parte do discurso que expõe ações que aconteceram ou que poderiam ter acontecido) era matéria tanto da retórica quanto da gramática¹⁶. Quintiliano, quando trata da formação do menino, divide as espécies de narração entre aquelas abordadas pelos gramáticos (*Inst.* I. 9) e aquelas abordadas pelos rétores (*Inst.* II. 4, 2). Em resumo, ele diz que as narrativas poéticas são matérias do gramático e, além daquelas usadas nos casos judiciais, três outras espécies de narração – a saber, fábula (*fabulam*), argumento (*argumentum*) e história (*historiam*) – devem ser matérias do início do ensino na escola do rétor.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa. Analisa-se a preceituação da “narração” em materiais didáticos do século XIX dentro do campo da retórica e da poética segundo o método comparativo, de modo a observar semelhanças ou diferenças na abordagem da narração na literatura oitocentista em relação à tradição, considerando as mudanças sócio-

¹⁵ “Narração é a exposição de uma ação que aconteceu ou como te ria acontecido útil à persuasão, ou – como Apolodoro terminou – a oração que informa o auditório o que há na controvérsia”. (*Narratio est rei factae aut ut factae utilis ad persuadendum expositio vel*). As traduções de Quintiliano neste trabalho são nossas.

¹⁶ Na Antiguidade, o ensino da gramática contemplava o estudo da língua e dos autores. Sobre a educação antiga, ver Marrou. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Herder, 1996.

históricas e políticas daquele período. Dessa forma, tem como fim expor a abordagem da “narração” nos materiais didáticos oitocentistas, observando proximidades ou diferenças com sua abordagem nas obras clássicas.

Para a escolha dos materiais didáticos analisados, foi feita uma pesquisa bibliográfica das obras retórico-poéticas utilizadas no Colégio Pedro II no século XIX, tendo como principal referência o levantamento e análise dos materiais dessas disciplinas, nessa instituição e período, publicados por Roberto Acízelo de Souza (1999). O principal critério para a escolha foi a influência que tiveram nos programas de ensino da época, indicados como referências para as cadeiras de retórica e poética. Em seguida, foi feita uma pesquisa documental dos materiais escolhidos de modo a analisar o conteúdo que trata das lições sobre narração, comparando-o com os manuais clássicos.

Mais especificamente sobre a análise, para cada tópico que versa sobre a narração, primeiro foi feita uma exposição dos tratamentos dos manuais oitocentistas comparados entre si, com o intuito de observar as semelhanças e dissimilaridades de suas abordagens; em seguida, no mesmo tópico, essa abordagem foi comparada com aquelas das autoridades clássicas com o mesmo intuito. Para essa última tarefa, foram determinadas três principais autoridades, recorridas ao longo de toda a análise, a saber: Cícero, a *Retórica a Herênio* e Quintiliano. Esses autores foram escolhidos porque são mencionadas nos manuais, seja diretamente (indicando o autor) seja indiretamente (citando o texto de sua obra, em traduções quase literais sem, contudo, indicar sua autoria). A ordem dos tópicos da análise seguiu aquela comum apresentada no desenvolvimento sobre a narração nas obras: definição, virtudes e vícios, modos de fazer a narração e utilidade, com exceção dos gêneros de narração, apresentado por último.

Uma vez que a análise considera as mudanças sócio-históricas e políticas que ocorreram no período, buscando compreender o material didático na época, foi feita uma pesquisa bibliográfica tanto de estudos mais recentes – especialmente do campo da História da Educação – quanto de legislações e outros documentos oitocentistas que abarcam a educação no período, seja de modo amplo e seja de modo específico sobre o ensino retórico-poético; e para observar as lições sobre narração, uma pesquisa bibliográfica das obras das principais autoridades que tratam o assunto e o seu ensino.

3. 1. *Corpus*¹⁷

Tratado de eloquencia extrahido dos melhores escriptores dividido em tres partes, de Joaquim do Amor Divino Caneca (1821)¹⁸

Joaquim do Amor Divino Caneca (Recife, 1779-1825) foi um frade carmelita, liberal, republicano, separatista, também professor de retórica e poética, filosofia e geometria. É conhecido por sua atividade política na época e, por isso, suas obras políticas têm mais destaque que as didáticas. Conforme Souza (1999, p. 53), seus textos didáticos se aproximam mais a rascunhos que obras concluídas, situação do *Tratado de eloquencia* (1821) provavelmente escrito na prisão e que o autor considera “um desastre estilístico”:

Seu “Tratado”, cuja feição de obra inacabada (ou, talvez melhor, mal acabada) julgamos ter posto em relevo, ode ser considerado um protótipo tosco dos manuais que se lhe seguiram no Brasil do século XIX (Souza, 1999, p. 57).

Essas considerações de Souza (1999, p. 54-56) partem da sua análise do conteúdo do *Tratado*, sobre as construções e “expressões simplórias” utilizadas, sua estruturação, apresentação confusa dos termos, definições e exemplos, sobre a inserção do estudo da poesia ao campo da eloquência “sem maiores explicações” (Ibidem, p. 56). Segundo ele (1999, p. 57), isso se deve provavelmente às más condições de produção em que Caneca se encontrava:

Assim compreendido, o texto de Caneca, no seu estilo rudimentar e singeleza conceitual, revela um escritor privado de condições para produzir, muito provavelmente, como vimos, torturado prisioneiro num Estado absolutista, certamente contando apenas com minguadas fontes de leitura de um meio intelectualmente pobre, o que bem se vê pela ligeireza e monotonia das citações que faz. E, mais importante do que isso, no seu andamento de demonstração euclidiana, mecânica de palavras alheia a invenções românticas como imaginação e sensibilidade, o texto referenda o verso alusivo a seu autor: “Veio do século das luzes” (Cabral, 1984, p. 20).

¹⁷ A principal referência utilizada neste tópico (a única, com exceção dos próprios materiais didáticos e das informações sobre Francisco Freire de Carvalho) para a obtenção das informações sobre as obras que compõem o corpus deste trabalho é Roberto Acízelo de Souza (1999), que expõe sobre os principais autores de retórica e suas obras utilizadas no Colégio Pedro II no século XIX.

¹⁸ In: *Obras políticas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, colleccionadas pelo Commendador Antonio Joaquim de Mello* (1875)

Lições de eloquencia nacional, de Miguel do Sacramento Lopes Gama (1846)

Miguel do Sacramento Lopes Gama (Recife, 1791-1852), foi monge beneditino (e, posteriormente, padre secular), professor de retórica e diretor do Curso Jurídico de Recife, tendo exercido outros cargos administrativos do ensino. Ele foi diversas vezes referenciado por Gilberto Freire, em *Casa grande e senzala* e *Sobrados e mocambos*, quando trata sobre os costumes brasileiros e suas raízes (Souza, 1999, p. 58). No entanto, permaneceu em anonimato. Publicou duas obras didáticas: as *Lições de eloquencia nacional* e a *Seleção clássica*.

Souza (1999, p. 60) destaca duas características do texto das *Lições*. Primeira, uma certa relativização dos preceitos retóricos que em Caneca, por exemplo, são deveres. Segunda, a “encenação da oralidade” à medida em que “escreve como quem fala”, o que sugere um vínculo com a retórica antiga, quando uma obra de oratória acadêmica era pronunciada pressupondo-se um auditório presente. Segundo Souza (1999), essas características da obra de Lopes Gama distanciam sua abordagem daquela usual presente nos compêndios de sua época, uma vez que ele assume uma “[...] atitude mais liberal no que diz respeito aos regulamentos da linguagem” (ibidem, p. 60). Isso se relaciona com seu pensamento político e suas ideias sobre a linguagem: conciliava o liberalismo republicano e o absolutismo, a tradição clássica e um “apreço pelas forças de mudança”.

Essa conciliação pode ser observada em sua obra, expressa pelo autor ao justificar, por exemplo, tratar da eloquência retórica voltada para o contexto “nacional”. Ele afirma a autoridade de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, mas diz que seus preceitos não contemplam as necessidades de sua época:

[...] a Eloquencia, que tems de estudar, não he a Eloquencia em geral, senão a Eloquencia Nacional, he a Eloquencia applicada ao nosso idioma, aos nossos usos, e costumes, á nossa legislação, á nossa forma de Governo. Grandes Mestres forão sem dúvida, e sempre o serão Aristoteles, Cicero, e Quintiliano, mas nem elles escreverão para os nossos tempos, nem a mór parte dos preceitos da Elocução Grega e Latina se podem applicar á Elocução Portugueza. As lingoas são os instrumentos de que se serve a Eloquencia para instruir, commover, arrebatar, e deleitar; e ninguém dirá que preceitos dados para lingoas, que hoje são mortas, sejam applicaveis á nossa; que seja em summa eloquente em Portuguez quem só estudou as regras da Rhetorica dos precitados Aristoteles, Cicero, e Quintiliano (Lopes Gama, 1846, p. 1).

Lições de eloquencia nacional, de Francisco Freire de Carvalho (1851)

Não foram encontradas mais informações bibliográficas de Francisco Freire de Carvalho (1779-1854), além de sua data de nascimento e morte apresentados pelo site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Sinopses de eloquência e poética nacional acompanhadas de algumas noções de crítica extraídas de vários autores e adaptados ao ensino da mocidade brasileira, de Manoel da Costa Honorato (1870)

Manoel da Costa Honorato (Recife, 1838-1891) foi “[...] cônego, advogado, professor do Colégio Pedro II, capelão militar na guerra do Paraguai” (Souza, 1999, p. 64-65). No campo didático, escreveu obras de retórica, poética, história (e outras matérias), entre elas as *Sinopses de eloquência e poética nacional* (1870) analisada neste trabalho. As *Sinopses* abordam a retórica e a poética de modo convencional, dão ênfase à elocução. Sobre sua obra, comenta Honorato (1870): “A linguagem do nosso compendio não é amena; mas tem a singeleza necessária á compreensão do estudante que se prepara em limitado espaço de tempo para os cursos superiores” (p. XV). Segundo Souza (1999, 66-67), observa-se em sua obra a inserção de ideias da época como o romantismo, adesão que, no entanto, apresenta fragilidades quando trata do romance (ele o considerando “gênero secundário” da prosa), condenando-o assim como o realismo de sua época.

Postillas de rhetorica e poetica, de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1885)

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (Rio de Janeiro, 1825-1876) foi historiador oficial do Império nomeado por Dom Pedro II, além de professor do Colégio Pedro II e primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou estudos sobre história e literatura, além de livros didáticos como as *Postillas de rhetorica e poetica*. Souza (1999) aponta considerações apresentadas por Fernandes Pinheiro nas *Postillas* que dizem respeito “à noção de originalidade (reservas, para dizer o mínimo) e as idéias que formulou sobre o

romance, o realismo e a crítica literária” (p. 74). Essas considerações são interessantes para este trabalho porque dizem respeito à relação de Fernandes Pinheiro com as ideias contemporâneas que, como apresenta Souza (1999, 74), apesar das ressalvas à originalidade, observa-se uma influência romantismo em sua obra:

“[...] como nas demais obras retórico-poéticas da época, com exceção talvez da única produzida por Caneca, nota-se aqui e ali um toque de romantismo: a qualificação da eloquência e da poesia como dons da natureza (e não resultados da arte) e a referência ao gênio, de que faz apologia, ainda que temperada pela importância também atribuída às regras ou preceitos”.

Segundo Pinheiro (1885, p. 39-40), a originalidade “[...] é uma ilusão dos parvos ou ignorantes acreditarem que possuem thesouros de originalidade, e que aquilo que pensão, ou dizem, nunca foi antes pensado, ou dito por ninguém”. Apesar dessa crítica, parece aceitar o romance no tratamento do gênero, mas de um modo diferente dos seus contemporâneos: além de divertir o leitor, o romance deve ser útil como instrumento moralizante da juventude para sua instrução e correção de seus vícios. Dessa forma, o escritor deve trabalhar as virtudes e não se dedicar à apresentação dos vícios, de onde parte sua crítica ao realismo: “querendo pintar ao vivo a natureza”, a exposição dos vícios e virtudes podem corromper o leitor (1885, p. 166-167). Portanto, apesar de inserir questões românticas em sua obra, há influência clássica no seu tratamento. Por fim, observa-se uma preocupação de Pinheiro em tratar a crítica literária - presente nos manuais de poética e retórico-poética -, que ao mesmo tempo se aproxima da retórica e do historicismo quando aborda as metodologias na prática da crítica (Souza, 1999, p. 79).

4. ANÁLISE DOS MANUAIS DIDÁTICOS

Apresentamos a seguir a análise dos preceitos sobre narração nos materiais didáticos. Os preceitos da narração segundo a *Retórica a Herênio*, Cícero e Quintiliano já foram apresentadas no Referencial Teórico. Por isso, os trechos de suas obras são apenas referenciados, mas podem ser encontrados no tópico “As lições sobre narração” do capítulo anterior.

4.1. Definição de narração

Como já mencionado¹⁹, nos materiais didáticos –antigos e modernos –, a narração se trata de uma parte do discurso e é abordada especialmente no campo da retórica. Nos materiais didáticos oitocentistas, a retórica é dividida particularmente em três partes – em contraposição à tradição que a divide em cinco²⁰ –, a saber, invenção, disposição e elocução. A disposição estabelece a ordem em que devem ser colocadas as partes do discurso, este por sua vez dividido em exórdio, narração, confirmação e peroração. A definição de “narração”, as suas qualidades e seus vícios são apresentados na discussão sobre as partes do discurso e seguem a tradição. Fernandes Pinheiro (1885), por exemplo, a define como “[...] a exposição do facto sobre o qual versa o discurso” (p. 23). A “exposição” aparece em todos os manuais, que retomam Cícero (*Inv. I, 27*) e a *Retórica a Herênio* (I, 12) - ambos a definem como a exposição (*expositio*) de ações que aconteceram ou como teriam acontecido. No entanto, há outras definições como essa apresentada por Lopes Gama (1846): “A narração, que rigorosamente só pode ter lugar em causas civis, ou criminais, he a exposição d’hum facto contado, ou pelo menos qualificado diferentemente por duas partes adversas” (p. 48-49).

Os autores antigos a dividem em três gêneros, dois deles ligados às causas civis e, provavelmente, essa teria sido a delimitação tomada por Lopes Gama (1846) para o seu tratamento. Em outras palavras, ele propõe uma definição de narração tomando seu funcionamento nos discursos de “causas civis, ou criminais”. No entanto, ela está presente em diferentes campos, gêneros e espécies, como destaca Fernandes Pinheiro em suas *Postillas* (1885): “A rhetorica não se limita unicamente a oratória; é também extensiva á arte d’escrever, por isso que o discurso escripto é a forma litteraria mais rica e mais completa. O discurso

¹⁹ Ver página 15 deste trabalho.

²⁰ Invenção, disposição, elocução, memória e pronúnciação.

acommoda-se a todos os assumptos e admite todos os tons e estylos” (p. 9). Ele dá exemplos, conforme o trecho a seguir:

No genero demosntrativo representa a narração conspicuo papel, é, por assim dizer, a substancia do discurso, por quanto as orações funebres, os panegyricos, e os elogios academicos não passam d’uma serie de narrações. Nos outros generos é também a narração de grande importancia, servindo para dar solida base a toda a exposição de provas, ou a qualquer demonstração (Fernandes Pinheiro, 1885, p. 25).

Outro trecho interessante sobre o uso da narração, agora em relação a quem narra, foi apresentado por ele quando compara o orador e o historiador: “O historiador e o orador tem ambos de fazer narrações; grande diferença, porém, existe no modo porque a tal respeito procedem” (Fernandes Pinheiro, 1885, p. 23). Um desenvolvimento semelhante foi apresentado por Aristóteles (*Poet.* 1451a35-1451b5) quando distingue o ofício do historiador (narrar o que aconteceu) do ofício do poeta (narrar o que poderia acontecer).

4. 2. Virtudes e vícios da narração

Ainda no desenvolvimento sobre a narração como parte do discurso, são apresentados suas virtudes e vícios, que perpassam - em diversas partes dos materiais - o tratamento dos gêneros em que a narração está presente. As qualidades de uma narração perfeita (termo correntemente utilizado para caracterizá-la) são três, com as quais concordam todos os manuais sobre retórica (podendo abranger um número maior, a depender da obra): clareza, brevidade e verossimilhança. Manoel da Costa Honorato (1870, p. 44) assim as justifica resumidamente: “Clara, para ser compreendida; breve, para ser conservada na memoria do ouvinte; verosimil, para ser crida”. Essa enumeração foi apresentada por Cícero (*Inv.* I, 28), pela *Retórica a Herênio* (I, 14-16)²¹ e por Quintiliano (*Inst.* IV. II, 36, 40, 52-56) que em seguida, assim como os manuais oitocentistas, tratam de cada uma dessas qualidades abordando o que é necessário para que a narração as apresente. Observa-se grande semelhança no tratamento desse assunto e, ainda, nos próprios textos de Francisco Freire de Carvalho (1851), Honorato (1870), Caneca (1821), Lopes Gama (1848). Dessa forma, pode-se considerar que recorreram a uma mesma autoridade para a produção de suas obras.

²¹ *Rhet. Her.* I. 14: “Três coisas convém à narração: que seja breve, clara e verossímil” (*Tres res conuenit habere narrationem, ut brevis, ut dilucida, ut ueri similis sit*). Cic. *De inv.* I. 28: “É necessário que ela [a narração] tenha três qualidades: que seja breve, que seja clara, que seja plausível” (*oportet igitur eam tres habere res: ut brevis, ut aperta, ut probabilis sit*).

Esses manuais de retórica apresentam, em sua maioria, quatro elementos que uma narração deve ter para que seja clara, como apresentado por Francisco Freire de Carvalho (1851, p. 9):

As regras da Clareza são: 1.^a empregar-se na Narração palavras próprias, não sendo sordidas, obscenas, ou baixas: 2.^a expressivas, não sendo exquistas, e desusadas: 3.^a fazer-se a devida distinção das cousas, pessoas, tempo, lugar, e causas: 4.^a Usar se de uma pronuncia intelligivel.

Segundo os autores, a clareza é importante para o bom entendimento da causa. Dessa forma, a má exposição de um fato na narração torna todo o discurso obscuro – tratando-se, portanto, de um vício da narração²². Caneca (1821, p. 108) ainda apresenta que os “Vícios contra as virtudes da clareza, virtude da narração, são as digressões e argumentações”.

O único que aborda os vícios da narração no tratamento dessa parte do discurso é Freire de Carvalho (1851, p. 10)²³. No entanto, uma vez que a clareza da narração contempla o uso de palavras e expressões que sejam próprias, também convém a ela o tratamento da clareza na elocução – parte da retórica que trata dessa escolha. Como apresenta Freire de Carvalho (1851, p. 21): “Será clara a elocução se as palavras forem próprias”. Assim, os vícios contra a clareza que tocam a escolha das palavras são mais desenvolvidos no tópico da elocução. Sobre isso, observa-se uma abordagem muito semelhante entre obras oitocentistas, que se diferem apenas pelo número de vícios apresentados²⁴. Em suma, os vícios contra a clareza são contrários às suas virtudes (como apresentadas acima na citação de Francisco Freire de Carvalho, 1851, p. 9), a exemplo do uso de termos técnicos, neologismos, arcaísmos, homônimos, da sínquise, da perissologia e do laconismo, estes listados por Fernandes Pinheiro (1885, p. 40-41).

A brevidade, segunda virtude da narração, também é tratada de modo muito semelhante nos materiais didáticos. Os autores, assim como para a clareza, apresentam regras que devem ser seguidas para a produção de uma narração breve, as quais podem ser resumidas em uma “regra geral”, como fez Lopes Gama (1848, p. 53) na seguinte passagem: “Finalmente, sendo a brevidade cousa relativa á materia, de que tracta o Orador, a regra geral nesta parte he dizer, como nos ensina o mestre Quintiliano *quantum opus est*, e *quantum satis est*, isto he: nem de

²² Ver Fernandes Pinheiro, 1885, p. 24; Honorato, 1870, p. 44.

²³ “São vícios contra a Clareza as expressões tropologicas e figurada, e o emprego d’uma linguagem apaixonada que, fallando ao coração, offusca o entendimento; mas todos estes vícios deixão de o ser em certos casos, e porisso esta regra tem exeções; ficando ao bom siso do Orador o conhece-las”.

²⁴ Freire de Carvalho (1851, p. 22) e Lopes Gama (1848, p. 95) listam dez vícios contrários à clareza da elocução, enquanto Honorato (1870) doze e Fernandes Pinheiro (1885, 40-41) sete. Ver também Caneca, 1875, p. 108.

mais, nem de menos”²⁵. Nesse trecho, Lopes Gama indica a autoridade com a qual dialoga (Quint. *Inst.* IV, II, 45).

A brevidade convém à narração “para ser conservada na memória do ouvinte”, conforme Manoel da Costa Honorato (1870, p. 44) citado no início deste tópico. Dessa forma, uma narração longa é viciosa porque pode escapar da mente dos ouvintes e, já que supérflua, pode lhes causar tédio. O contrário também é vicioso, pois a concisão demasiada pode fazer faltar à narração o necessário, comprometendo sua compreensão ou a defesa da causa²⁶. No entanto, o que a maioria dos autores apresenta²⁷, entre ambos extremos, deve-se preferir a superfluidade à concisão. Há situações em que a brevidade não é possível, sendo necessário produzir uma narração mais longa. Honorato (1870, p. 45) cita como exemplo de uma narração longa (mas necessária e, por isso, não fere a brevidade) aquela em *Pro Milone* de Cícero, uma vez que as circunstâncias expostas por ele seriam úteis na prova do caso. Dessa forma, para evitar ao máximo que seja muito cansativa aos ouvintes, esses autores também apresentam regras para sua composição. Segundo Quintiliano (*Inst.* IV, 2, 47-51): deve-se evitar o tédio (*taedium*), mas diferente em relação às regras sobre o que se deve evitar. E a *Retórica a Herênio* (I, 15): “Pois, se observamos os preceitos sobre a brevidade, quanto mais breve for a narração, mais clara e fácil de entender”²⁸.

Por fim, a verossimilhança, que contribui para tornar a narração crível e, conforme Pinheiro (1885, p. 24), é necessária “para inspirar confiança no auditorio”²⁹. As regras para a verossimilhança são apresentadas do mesmo modo por Lopes Gama (1848, p. 9-10), Freire de Carvalho (1851, p. 10) e Caneca (1821, p. 67), tratando-se quase do mesmo texto. Pinheiro (1885, p. 24) e Honorato (1870, p. 45) apresentam as mesmas regras que aqueles três, mas deixam de enumerar algumas. Conforme Caneca (1821, p. 67):

A narração será verossimilhante, si o orador consultar a boa razão, para não dizer cousas contraria a natureza; pozer as razões e os motivos antes dos factos; der ás pessoas os respectivos e convenientes caracteres; attender ás circumstancias de lugar, tempo, etc; dispozer o enredo dos incidentes da narração de sorte que de um passe

²⁵ Honorato (1870, p. 24-25) apresenta a mesma regra e mesma citação de Quintiliano, citando também Horácio (*Arte Poética*, 148) “*semper ad eventum festinat*; isto é, nada dizer de mais” e novamente Quintiliano (*Inst.* 4. 2, 43) *ne plus dicatur quam oporteat* (“não se deve dizer mais do que convém”). No entanto, desenvolve o texto de Lopes Gama adicionando mais informações, especialmente à respeito dos vícios contrários à brevidade.

²⁶ Cf. Lopes Gama, 1848, p. 53. Por isso Caneca (1875, p. 86) coloca a brevidade demasiada entre os vícios da clareza.

²⁷ Ver Freire de Carvalho, 1851, p. 9; Lopes Gama, 1848, p. 52-53; Honorato, 1870, p. 45.

²⁸ *et si sequemur ea, quae de breuitate praecepta sunt; nam quo breuior, dilucidior et cognitu facilius narratio fiet*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra (2005).

²⁹ Como apresenta Quintiliano (*Inst.* IV, 2, 123), a verossimilhança faz com que o ouvinte veja o fato.

naturalmente a outro; lançar em a narração as sementes das provas; e usar das competentes preparações oratorias.

Pinheiro (1885, p. 24) muito resumidamente diz que a verossimilhança “Resulta das circunstancias de tempo, lugar e sobre tudo da perfeita harmonia entre o caracter e os actos das pessoas”. Como exemplo, ele cita a caracterização de Roscio como um homem dócil, de costumes simples e puros, feita por Cícero em sua defesa (*Pro Rosc.*), contrapondo sua imagem às de seus acusadores. Ao destacar sua audácia e avidez, indica os acusadores como possíveis autores do crime.

4. 3. Modos de fazer *narração*

Outro assunto contemplado no tratamento da narração como parte do discurso é os modos de narrar. Apenas três dos cinco autores abordam esse tópico, também de modo semelhante: Carvalho (1851), Honorato (1870) e Fernandes Pinheiro (1885). A narração é dividida por eles em proposição, partição e narração em sentido restrito. Os três as definem e apresentam regras particulares a cada uma delas. Particularmente sobre suas definições, pode-se citar aquelas apresentadas por Carvalho (1851, p. 10):

Proposição é a informação do assumpto, por meio de uma enunciação simples, constando de um só ponto, e della se usa, quando a materia é simples, e não necessita de desenvolvimento.

Partição é a informação do assumpto, por meio de tantas proposições, quantos são os pontos, em que a materia se divide naturalmente.

Narração, em sentido restricto, é a informação explicita do assumpto, com todas as suas circunstancias mais importantes.

4. 4. Os gêneros de *narração* e suas espécies

Apesar dos livros de retórica oitocentistas não apresentarem uma divisão das espécies da narração - como faz Cícero, a *Retórica a Herênio* e Quintiliano -, a distinção do modo como a narração deve ser desenvolvida em cada uma está presente ao longo dos manuais de forma esparsa. Em resumo, sua definição segue aquela apresentada pela *Retórica a Herênio* (I, 12) e por Cícero (*Inv.* I, 27): a narração é a exposição de ações que aconteceram ou como teriam acontecido. A *Retórica a Herênio* (I, 12), Cícero (*Inv.* I, 27) e também Quintiliano (*Inst.* II, 4, 2) – outra autoridade influente nos manuais do século XIX -, dividiram a narração em três

gêneros, dois ligados às causas civis e um terceiro não-civil. São espécies deste último gênero a fábula, a história e o argumento.

Segundo a *Retórica a Herênio* e Cícero, a fábula - uma das espécies de narração que se baseiam nas ações - contém ações nem verdadeiras nem verossímeis, como as tratadas nas tragédias³⁰. O argumento é a ação fictícia, mas que poderia ter acontecido, como a presente nas comédias³¹. Já a história narra ações que realmente aconteceram em uma época distante de nossa memória³². Quintiliano (*Inst.* II. 4, 2): “a fábula, que é tratada nas tragédias e também nos poemas, afasta-se não só da verdade pelo *modo*, mas também da forma da verdade”³³; “o argumento, que não é verdadeiro mas verossímil, como apresentam as comédias”³⁴; e a história: “[...] há a exposição de ações realizadas”³⁵. Uma vez que são parte do discurso e “exposição de ações”, os gêneros de narração e suas espécies, a exemplo da narração histórica, não se confundem com gêneros que as utilizam na sua composição, como a história.

Honorato (1870) define a fábula quando trata do gênero dramático: “Fábula é a narração inventada para formar os costumes por meio de instrução disfarçadas debaixo da allegoria de uma acção” (p. 222). Ainda nesse capítulo, ele difere o gênero dramático do épico a partir da narração: em resumo, enquanto na tragédia a narração é fabular e na comédia é ficcional (argumento), no gênero épico são narrados fatos ilustres, ações que quase não fogem do verossímil (Ibidem, p. 211). Portanto, segue o tratamento clássico.

Sobre a história, é interessante citar Fernandes Pinheiro (1885), que dedica um capítulo (Ponto XIV) para essa narração. Ele define o gênero história (não a narração histórica) como “[...] a narrativa do desenvolvimento moral, intellectual e social da humanidade” (Ibidem, p. 101). É interessante citar aqui a importância da história para a formação do orador, considerada por Cícero (*De Or.* II, 36) “a mestra da vida” (*Historia [...] magistra vitae*). Apresenta seis

³⁰ *Rhet. Her.* I, 13: “A fábula contém ações que não são nem verdadeiras, nem verossímeis, como as relatadas na tragédia” (*Fabula est, quae neque uerae neque ueri similes continet res, ut eae sunt, quae tragoedis traditae sunt*). Cíc. *Inv.* I, 27: “a fábula contém ações nem verdadeiras nem verossímeis, por exemplo: ‘Enormes dragões alados, unidos pelo jugo...’” (*fabula est, in qua nec verae nec veri similes res continentur, cuiusmodi est: ‘Angues ingentes alites, iuncti iugo...’*).

³¹ *Rhet. Her.* I, 13: “O argumento é a ação ficcional que, no entanto, poderia ter acontecido, como o argumento das comédias” (*Argumentum est ficta res, quae tamen fieri potuit, uelut argumenta comoediarum*). Cíc. *Inv.* I, 27: “O argumento é a ação fictícia, que também poderia ter acontecido, tal como em Terêncio: ‘Pois depois que ele saiu da juventude, Sosia...’” (*argumentum est ficta res, quae tamen fieri potuit. huiusmodi apud Terentium: ‘Nam is postquam excessit ex ephēbis, Sosia...’*).

³² *Rhet. Her.* I, 13: “A história são as ações realmente empreendidas, mas em época distante de nossa lembrança” (*Historia est gesta res, sed ab aetatis nostrae memoria remota*). Cíc. *De Inv.* I. 27: “A história são as ações realizadas, distantes da memória de nosso tempo; por exemplo: ‘Ápio travou uma guerra contra os cartagineses’” (*historia est gesta res, ab aetatis nostrae memoria remota; quod genus: ‘Appius indixit Carthaginiensibus bellum’*).

³³ *fabulam, quae versatur in tragoediis atque carminibus, non a veritate modo sed etiam a forma veritatis remota.*

³⁴ *argumentum, quod falsum sed vero simile comoediae fingunt.*

³⁵ *historiam, in qua est gestae rei expositio.*

gêneros: história, obras filosóficas, diálogos, epístolas, novelas e romances. Segundo Pinheiro, ela pode ser escrita de três modos: narrativo, crítico e filosófico:

narrativo, quando se contenta com a simples exposição dos factos feita com mais ou menos eloquencia; critico, quando accrescenta á narração exacta dos factos o estudo suas causas e a apreciação dos homens que os realizárão; e philosophico, quando entra na apreciação dos mesmo factos e moralisa as consequencias que d'elles resultárão, procurando conhecer as leis geraes da vida das nações. O primeiro methoso foi seguido por Herodoto e Tito Livio; o segundo por Thucydides e Tacito; e o terceiro por Vico e Herder (Pinheiro, 1885, p. 101-102).

Ele ainda divide a história propriamente dita em seis espécies: crônicas, anais, memórias, monografias, biografias e autobiografias. As características que apresenta para o gênero seguem a tradição:

[...] sendo a historia a exhibição retrospectiva da vida dos povos, cumpre seja escripta com nobreza d'estylo e concisão dos factos narrados. A fidelidade é outra condição impreterivel a esse genero de composição, devendo comprehender-se debaixo d'essa qualidade as tres seguintes: veracidade, exactidão e imparcialidade (p. 103).

Ainda sobre o livro de Fernandes Pinheiro, deve-se citar o seu tratamento sobre o romance, um gênero que não é contemplado pelos manuais de Cícero, *Retórica a Herênio* e Quintiliano. Segundo ele, o romance são as “narrativas de aventuras e paixões imaginárias” (Ibidem, p. 104). Apesar de ser um gênero moderno, dá um tratamento moralizante a ele:

A utilidade do romance depende primeiro que tudo da sua moralidade, esmerando-se o escriptor em traçar atrahentes quadros da virtude, sem se deixar arrastar pelo prazer de pintar o vicio e o crime toda a sua hediondez, com mira no effeito dramatico do contraste (Pinheiro, 1885, p. 106).

Como já comentado, Cícero (*De Or.* II, 36) aponta a utilidade da história para a formação do orador, uma vez que a partir dela é possível conhecer o que se deve evitar e tomar exemplos do que se deve seguir. Outro gênero afim abordado por Pinheiro é o romance histórico, que ilustra a conjugação de elementos clássicos e modernos em sua obra, além da dificuldade de se tratar esse gênero moderno na teoria retórico-poética: trata-se de uma composição mista que faz parte do romance e da história ao mesmo tempo, tomando características de cada uma. Segundo ele:

Da alliança dos dois elementos heterogeneos provém a maior difficuldade d'esses romances, que devem cingir-se á verdade historica na exposição dos factos capitaes, dando largas á imaginação nos lugares em que a historia for omissa, ou quando, sem inconveniente, se possão introduzir episodios ou personagens ficticios (Pinheiro, 1885, p. 106-107).

Lopes Gama utiliza os termos “narração histórica” quando discorre sobre o panegírico, considerando sua utilidade moralista já comentada acima:

“Quando o assumpto d’hum panegyrico he fecundo em acontecimentos, a moral deve nascer da narração historica sem ser interrompida, sem que os factos sejam suffocados debaixo d’hum montão de reflexões triviaes, que por si mesmas assás se manifestão a todos os ouvintes” (Gama, 1848, p. 261, 525).

Trata-se, ainda, de elemento distintivo entre diferentes gêneros, como apresenta Honorato em diferentes partes de sua obra (Honorato, 1870, p. 186, 146; 206). Pode-se citar como exemplo a epopeia e a história, uma vez que a primeira é definida como “a narração de uma acção ou empreza illustre” (p. 212), podendo tratar de ações verdadeiras ou verossímeis – esta última não cabe à história. Entre os elementos necessários para a composição desse poema, estão as três virtudes da narração: verossimilhança, clareza e brevidade - “[...] clara e succinta exposição do assumpto, sem prometter muito, nem tomar demasiado tom” (p. 216). A narração também é elemento distintivo entre a sátira e o epigrama segundo Honorato (1870, p. 206): a sátira “Differe ainda de epigramma (S 32) em admittir uma narração mais longa e minunciosa”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar a abordagem da narração nos materiais didáticos do século XIX, de modo a observar semelhanças ou diferenças na abordagem de sua na literatura oitocentista em relação à tradição. As diversas mudanças que ocorreram naquele século levaram ao questionamento se teriam influenciado também as disciplinas da retórica e poética, especialmente a abordagem da narração – tratada em ambas e utilizada em vários gêneros literários –, visto que estudiosos apontam influências dessas mudanças no currículo escolar e na produção didática da época. Pode-se citar como exemplo a perspectiva historicista na literatura junto ao nacionalismo, que adentraram as escolas e levaram à criação de uma nova cadeira – a Literatura Nacional. Estudos mais recentes abordam o material didático e, de modo mais específico, os compêndios de retórica e poética oitocentistas. Assim, espera-se que a presente análise possa ajudar a traçar um quadro mais concreto da doutrina retórico-poética no século XIX e a compreender o ensino do discurso nas escolas do período.

Entre as afirmações sobre o ensino oitocentista e produção didática na área das humanidades, a bibliografia sobre tema diz que havia uma conjugação entre a cultura erudita com as novas tendências científicas e nacionalistas. Esta pesquisa ilustra essa afirmação dos estudiosos. A partir da análise do conteúdo do *corpus*, observou-se que grande parte do tratamento da narração nos manuais oitocentistas não difere da tradição retórica que tem como principais autoridades Cícero e Quintiliano. Isso se deve a diversos fatores, entre eles: internos, principalmente por ser um assunto abordado na retórica - a renúncia à originalidade e a emulação de autoridades do gênero são preceitos retóricos - e externos como a influência do ensino clássico-humanístico tomado como valor cultural pela elite imperial. Um ponto interessante e que tem relação com a composição dos manuais são as proximidades entre os textos de Fernandes Pinheiro, Caneca e Lopes Gama. Como comentado na discussão sobre os materiais no século XIX, os livros eram compilações e resumos de outras obras e, porque versavam sobre a retórica e poética segundo à tradição, deveriam ser compostos tomando as autoridades de cada campo.

No entanto, notou-se uma mudança no tratamento dos gêneros que utilizam a narração. Surgiram ao longo dos séculos novos gêneros que não são contemplados por esses manuais, o que levou à necessidade de incluí-los e encaixá-los na teoria retórico-poética, dificuldade atestada pelos próprios autores. Dessa forma, os preceitos narrativos passam a ser abordados nesses novos gêneros. Há, portanto, uma coexistência do clássico (nos manuais de retórica e

poética, o que pode ser visto pelas citações de autoridades, pelo conteúdo, comentários dos autores) e do moderno (nos manuais de poética principalmente) no ensino do século XIX. Além disso, os próprios autores dos livros, ao comentarem as novas tendências, expressam uma tentativa de conciliação entre a tradição e as ideias contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AELIUS THÉON. *Progymnasmata*. Texte établi et traduit par Michel Patillon. Les Belles Lettres, 1997.

ALVES, Gilberto Luiz. As reformas pombalinas da instrução pública no Brasil Colônia: mapeamento prévio para a produção do estado da arte em História da Educação. In: *Acervo HISTEDBR - Coleção “Navegando pela História da Educação Brasileira”*. Campinas (SP): Unicamp, 2006. Disponível em: <<<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/as-reformas-pombalinas-da-instrucao-publica-no-brasil-colonia-mapeamento-previo>>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. 1999. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ARISTÓTELES. POÉTICA. Tradução, comentários e índices analítico e onomástico de Eudoro de Souza. In: **Metafísica (Livros I e II). Ética a Nicômaco. Poética**. Coleção Os pensadores. 2 ed. São Paulo: Editor Victor Civita, 1984.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810- 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. 370f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez., 2004.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX**. 1972. 128f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Linguística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824.

CANECA, Joaquim do Amor Divino. Tratado de eloquencia extrahido dos melhores escriptores dividido em tres partes. In: Mello, Antonio Joaquim (org.). **Obras políticas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife (PE): Tipografia Mercantil, 1875.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CARVALHO, Francisco Freire de. **Lições de eloquencia nacional, offerecidas a mocidade brasileira**. Belém do Pará: Tipografia Voz Paraense - de Baena & Irmão, 1851.

CÍCERO. **De inventione. De optimo genere oratorum. Topica**. Translated by H. M. Hubell. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976 (Col. The Loeb Classical Library).

COPELAND, Rita & SLUITER, Ineke (eds.) - **Medieval Grammar and Rhetoric: Language Arts and Literary Theory, AD 300 -1475**. Oxford University Press, 2012.

COSTRINO, Artur. **A lição dos declamadores: Sêneca, o rétor, e as suasórias**. São Paulo, 2010. 126p. Tese (Mestrado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **O imperial collegio de Pedro II e o ensino da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura europeia e Idade Média Latina**. Trad. Teodoro Cabral. São Paulo: Edusp, 2013.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In: **Educação**. v. 32. n. 2. Porto Alegre, maio/ago. 2009, p. 185-191.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XX. In: Lopes, Eliana Marta Teixeira; Faria Filho, Luciano Mendes; Veiga, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte, 2011, p. 135-150.

GABLER, Louise Gabler; ALVES, Salomão Pontes. Imperial Colégio de Pedro II. **Arquivo Nacional MAPA: memória da administração pública brasileira**, 2014. Disponível em: <<<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/326-imperial-colegio-de-pedro-ii#:~:text=O%20Col%C3%A9gio%20de%20Pedro%20II,195>>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. **Lições de eloquência nacional**. Rio de Janeiro: F. de Paula Brito, 1846.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Império**. Ed. Grijalbo, 1972.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. In: **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul/dez. 2013, pp. 11-46.

_____. *Ratio Studiorum* e política católica ibérica no século XVII. In: **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 13-41.

HONORATO, Manoel da Costa. **Sinopses de eloquência e poética nacional acompanhadas de algumas noções de crítica litteraria extrahidas de varios autores e adaptados ao ensino da mocidade brasileira**. Rio de Janeiro: Typ. Americana - E. A. de Oliveira, 1870.

JAEGER, W. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KENNEDY, George A. **Classical rhetoric & its christian and secular tradition: from ancient to modern times**. USA: University of North Carolina Press, 1999.

LACHAT, Marcelo. A narração: preceitos retóricos e poéticos. In: **Narração e doutrina na Constante Florinda: exempla estoicos para uma vida cristã**. 2008. 206f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 17-59.

LAJOLO, M. & ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.

MARROU, H.-I. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: Herder, 1996.

MARTINHO, Marcos. Acerca das diferenças doutrinárias entre os *Praeexercitamina* de Prisciano

e os *Progymnasmata* de Ps.-Hermógenes. In: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (orgs.). **Ensaio de Retórica Antiga**. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.

MEDEIROS, Rejane R. A. **Gramática e texto literário em livros escolares de Português da primeira metade do século XX**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (SP).

MELO, Carlos Augusto de. Os manuais de retórica e poética: “lugares de memória” no Brasil oitocentista. In: **Revista FronteiraZ**, n. 15, 2015, p. 120-134.

MIRANDA, Margarida (ed.) (2009). **Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus - Regime escolar e Curriculum de estudos**. Edição bilingue latim-português. Versão portuguesa de Margarida Miranda. «Ratio Studiorum, um modelo pedagógico» por José Manuel Martins Lopes S.J., Lisboa, Esfera do Caos. Doravante simplesmente *Ratio*.

_____. Quando os jesuítas eram mestres da palavra: a retórica segundo a *Ratio Studiorum*. In: **Humanitas** - Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 65 (2013), p. 187-203.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo nas escolas. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, vol. 10, 1993, p. 7-28.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). In: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação** – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

PEREIRA, Belmiro Fernandes Pereira. Entre Literatura e História: a *chria* na pedagogia retórica. In: **Literatura e História - Actas do Colóquio Internacional**. Porto, 2004, vol. II, pp. 63-70.

_____. **Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Postillas de rhetorica e poetica dictadas aos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II**. Rio de Janeiro, 1885.

Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric. Translated with Introductions and Notes by George A. Kennedy. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.

QUINTILIAN. **INSTITUTIO ORATORIA**. Tradução de Harold Edgeworth Butler. Cambridge: Harvard University Press, 1922. Disponível em: <<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2007.01.0065%3Abook%3D7%3Achapter%3Dpr%3Asection%3D1>>>.

Ratio Studiorum et Institutiones Scholasticae Societatis Jesu, per Germaniam olim vigentes collectae concinnatae dilucidatae a G. M. Pachtler S. J. vol. III. Berlin, A. Hofmann & Comp., 1890.

Retórica a Herênio. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. Araçoiaba da Serra (SP): Mnema, 2024.

SAVANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHWENGBER, Jacson. **Ler os Clássicos com ‘Olhos Modernos’—ou como a história antiga deveria ser lida no século XVIII português: método e crítica em Verney (1713/1792).** Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, vol. 94).

SOUZA, Ana Arguelho de. Ensino de língua e literatura no Brasil do século XIX: o Curso Elementar de Literatura Nacional e as Postillas de rhetorica e poetica utilizados no Imperial Colégio Pedro II. In: **Cadernos de História da Educação**, vol. 12, n. 1, jan./jun. de 2013, p. 15-28.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SUETÔNIO. Dos gramáticos. Tradução e comentário de Marcos Martinho. In: **Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 2, p. 231–255, 2014. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/319>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. *De Rhetoribus* de Suetônio. Tradução e comentário de Artur Costrino. In: **Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 2, p. 257–270, 2014. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/320>. Acesso em: 26 jun. 2023.

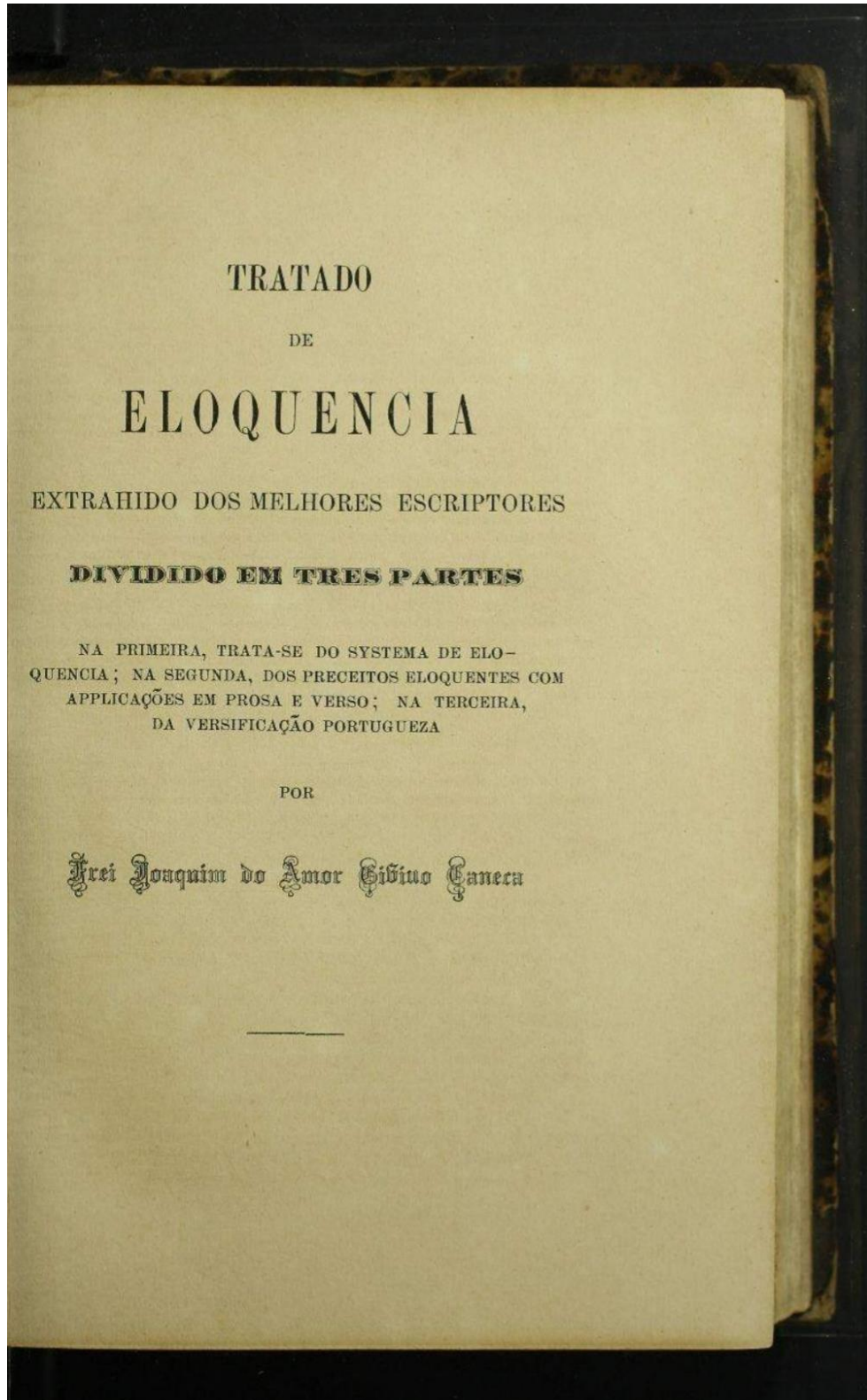
VERNANT, Jean-Pierre. O universo espiritual da pólis. In: _____. **As origens do pensamento grego.** Rio de Janeiro: Difel, 2002, p. 53-72.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Metodo de Estudar, para ser util à Republica, e à Igreja:** proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Valença: oficina de Antonio Balle, 1746.

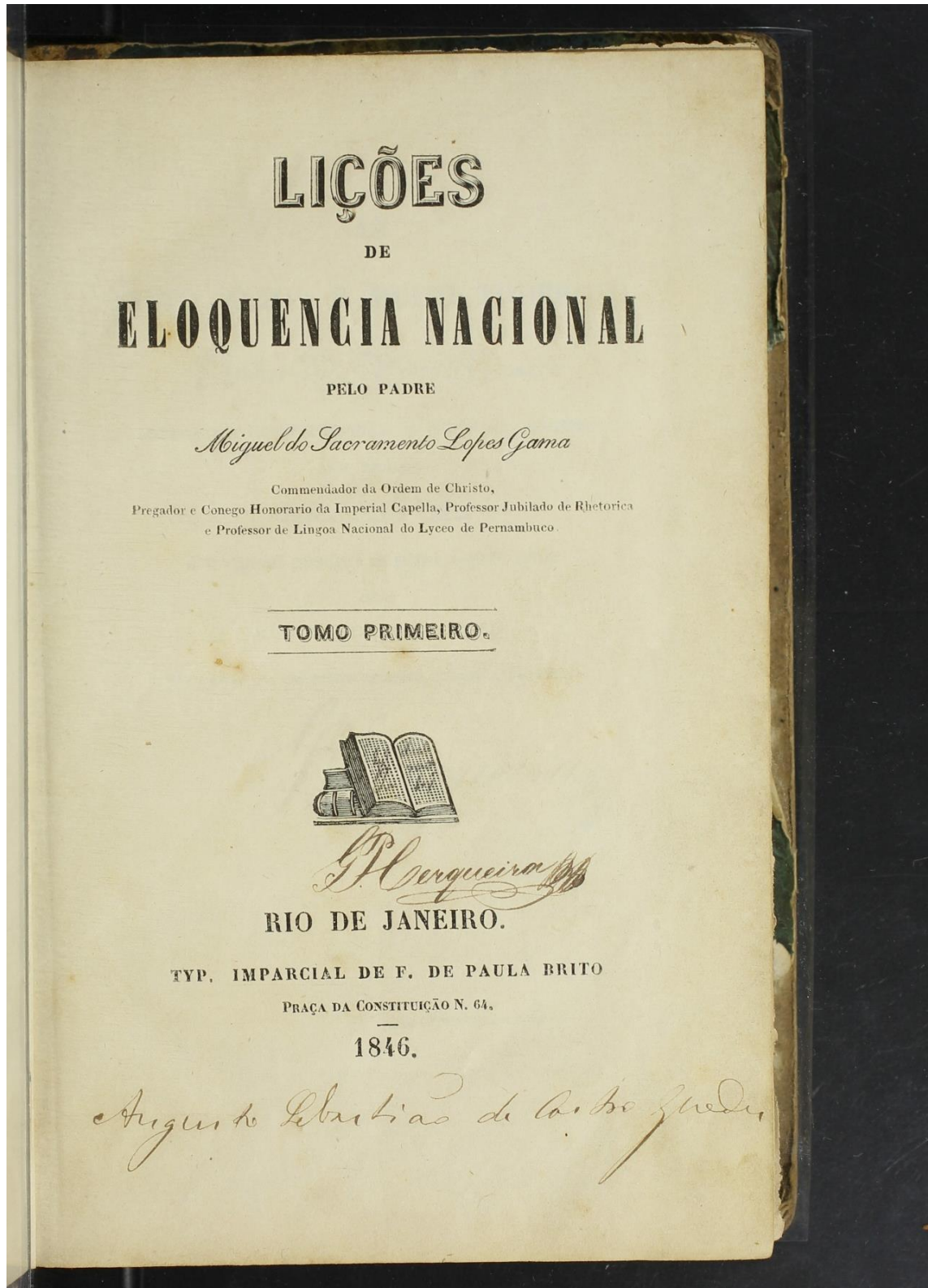
ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio Pedro II. In: **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 18, 2005, p. 29-44.

ANEXOS

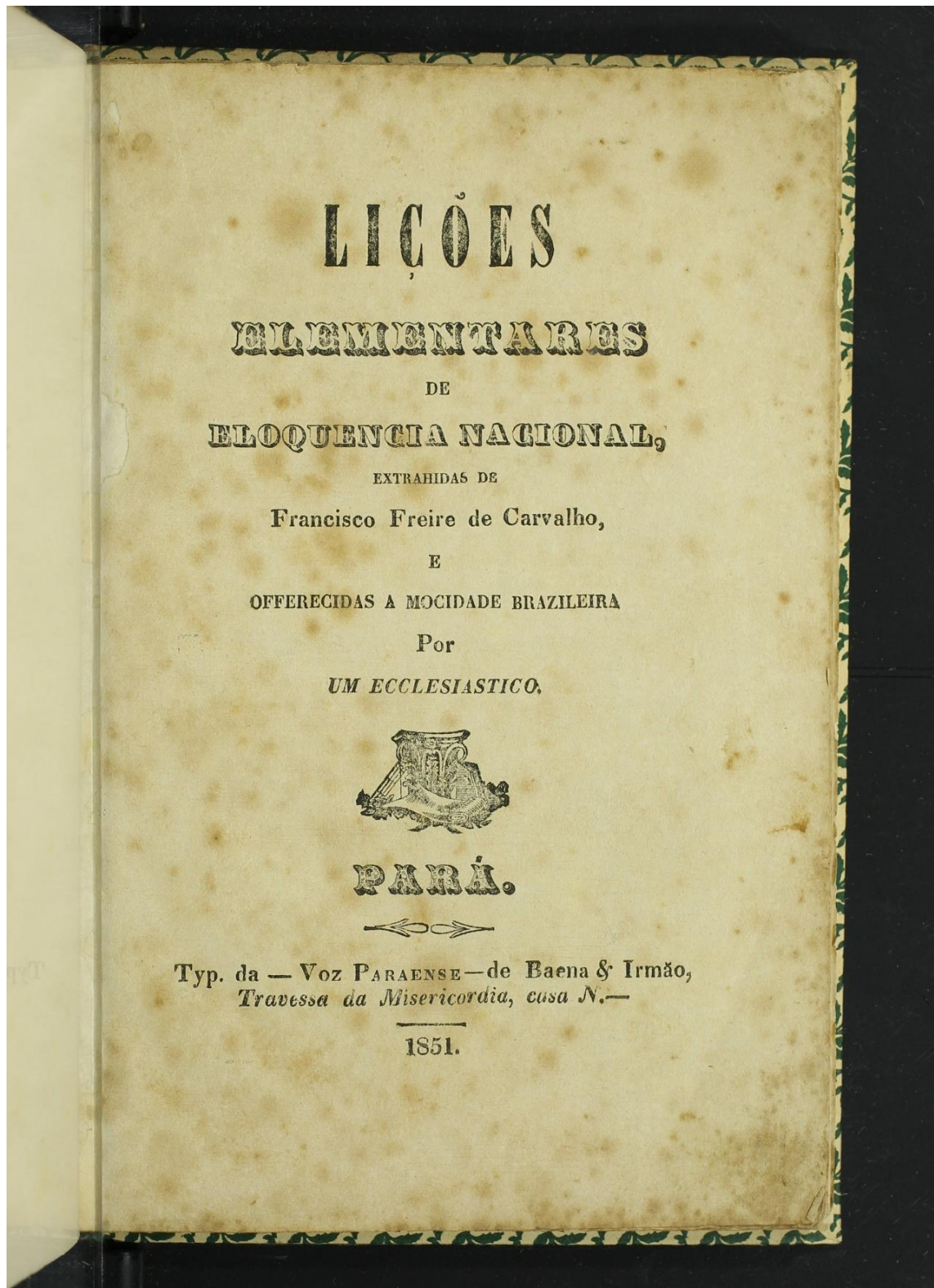
Anexo 1 - *Tratado de eloquencia extrahido dos melhores escriptores dividido em tres partes*, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1821).



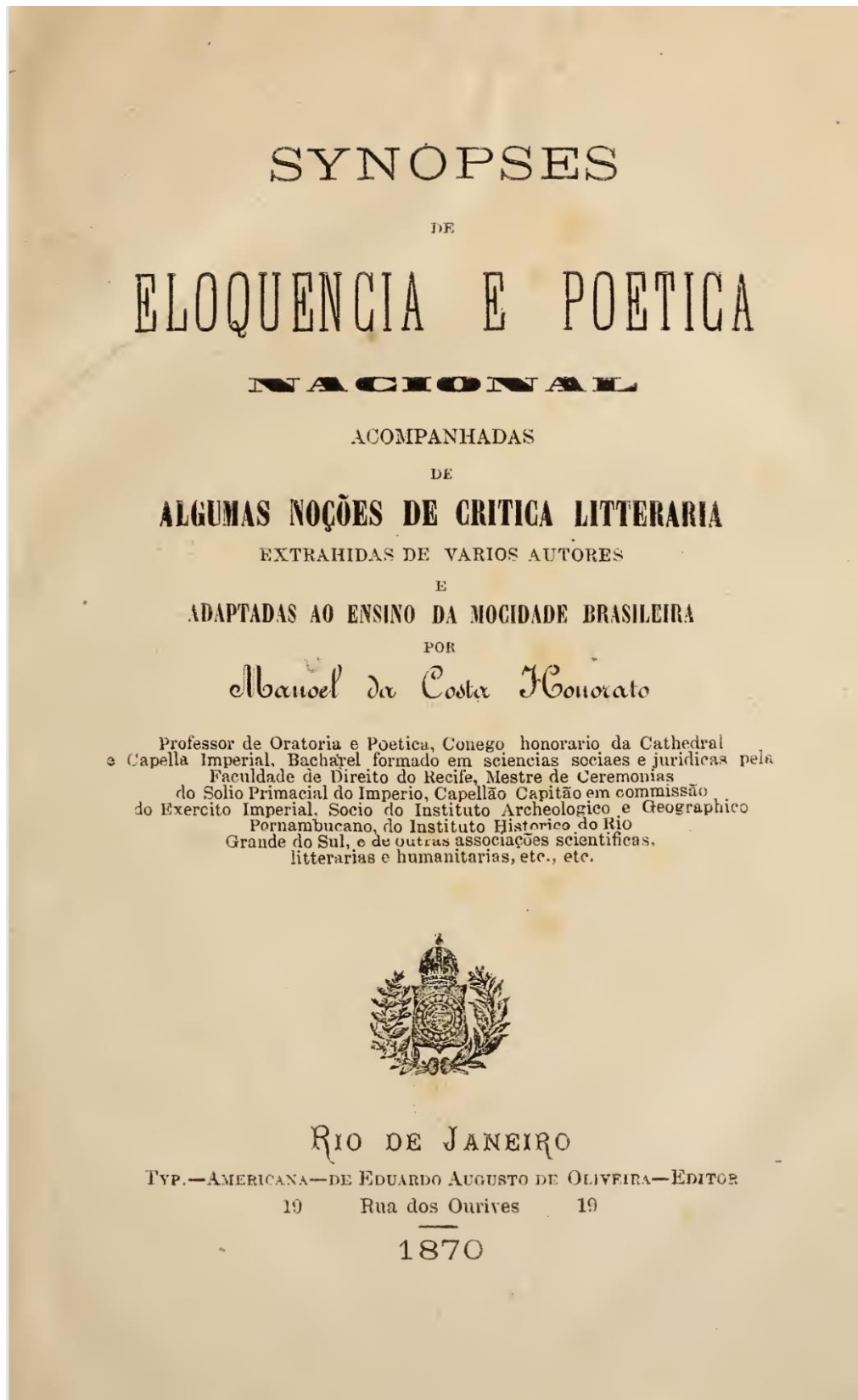
Anexo 2 - *Lições de eloquencia nacional*, de Lopes Gama (1846).



Anexo 3 - *Lições de eloquencia nacional*, de Francisco Freire de Carvalho (1851).



Anexo 4 - *Sinopses de eloquência e poética nacional*, de Manoel da Costa Honorato (1870).



Anexo 5 - *Postillas de rhetorica e poetica*, de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1885).

